



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/n, Jardim Canaã - Fone/Fax (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

Assunto: Parecer Pregão SRP nº 54/2019 – Uniformes Escolares

Solicitado pela Sra. Presidente da Comissão de Licitação Municipal, Parecer Jurídico no Procedimento em epígrafe que tem como objetivo a Contratação de empresa para fornecimento de uniformes escolares às unidades educacionais pertencentes à Secretaria Municipal de Educação passamos a exarar o parecer com fundamento na Lei nºs 8666/1993, 10.520/2002 e demais legislações pertinentes ao caso.

Foi apurado que o Edital foi publicado, porém sem retificação sugerida no Edital, vez que está previsto no Memorial Descritivo do Anexo I que todos os uniformes deveriam conter a logomarca da atual administração, que entendo ser ato temerário que deve ser suprimido.

Ademais, vieram 2 (dois) ofícios da Secretaria Municipal de Educação, sendo um o relatório da comissão com a análise das amostras apresentadas e outro, solicitando a revogação da licitação, vez que em análise das amostras apresentadas, ficou claro serem os uniformes de tamanhos muito menores em relação à estrutura corpórea dos alunos.

Ou seja, por equívoco da própria administração, além de conter logomarca temerária, as medidas e dimensões dos uniformes são inadequadas para serem fornecidas aos estudantes, o que per si, merecem alteração.

Como todo o procedimento licitatório apresentou o objeto com as mesmas falhas, entendo que a melhor decisão seria a da ANULAÇÃO TOTAL DO PRESENTE CERTAME, devendo ser informado à Secretaria Municipal de Educação para que adeque o objeto dentro da realidade daqueles que serão favorecidos com os uniformes escolares.

Dos princípios que norteiam o direito público e o direito administrativo, encontramos os princípios da autotutela, do interesse público e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/n, Jardim Canaã - Fone/Fax (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

A Administração Pública é obrigada a policiar os bens públicos e os atos administrativos. E em decorrência deste princípio que a polícia administrativa dos bens públicos impedirá que sejam eles danificados, bem como é fundamental neste princípio que o administrador pode proceder ao desfazimento dos atos administrativos quando ilegais (anulação), inoportunos ou inconvenientes (revogação).

E é a Administração que tem o dever de zelar pela legalidade e eficiência dos seus próprios atos. É por isso que se reconhece à Administração o poder dever de declarar a nulidade dos seus próprios atos praticados com infração à lei.

Pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos da administração, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

Em consequência desse Princípio da Autotutela, a Administração: a) não precisa ser provocada para reconhecer a nulidade dos seus próprios atos; b) não precisa recorrer ao Judiciário para reconhecer a nulidade dos seus próprios atos.

Esse poder da Administração está consagrado em duas súmulas do STF. Pela de n 346, "administração pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos"; e pela de n 473, "a administração pública pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade. Respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

É a Administração zelando pelos seus próprios atos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/n, Jardim Canaã - Fone/Fax (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

É, ainda, em consequência da autotutela, que existe a possibilidade da Administração revogar os atos administrativos que não mais atendam às finalidades públicas (sejam inoportunos, sejam inconvenientes), embora sejam legais. Em suma, a autotutela se justifica para garantir à Administração: a defesa da legalidade dos seus atos e a defesa da eficiência dos seus atos.

A isso, o artigo 38, IX da Lei 8666/1993, declara que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

Por esses fatos, pode a administração Anular o presente procedimento Licitatório.

Em que pese decisões em contrário, é notório que há afronta a princípios da administração pública e da que a Lei nº 8666/1993 e, caso haja a continuidade do certame, por certo haverá demandas judiciais no sentido de anular o procedimento licitatório em questão, com sérios prejuízos a todos os envolvidos.

Devemos acrescentar que cabe ao Administrador, dentro dos poderes que lhe são conferidos entre eles os de autotutela, além da conveniência e oportunidade dos atos administrativos além do próprio interesse público, vez que os uniformes não serviriam nos estudantes municipais.

Em complemento a esse sistema existe o poder-dever de a própria Administração exercer o controle de seus atos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/n, Jardim Canaã - Fone/Fax (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

No exercício deste poder-dever a Administração, atuando por provocação do particular ou de ofício, reaprecia os atos produzidos em seu âmbito, análise esta que pode incidir sobre a legalidade do ato ou quanto ao seu mérito.


Na primeira hipótese - análise do ato quanto à sua legalidade -, a decisão administrativa pode ser no sentido de sua conformidade com a ordem jurídica, caso em que será o ato terá confirmada sua validade; ou pela sua desconformidade, caso em que o ato será anulado.


E o caso sob análise, não trata de simples ato anulável, podendo ser saneado no tempo, mas caso claro na doutrina e na jurisprudência de ato nulo, contaminando o edital em si e todos os atos ulteriores.

Na segunda hipótese - análise do ato quanto ao seu mérito -, poderá a Administração decidir que o ato permanece conveniente e oportuno com relação ao interesse público, caso em que permanecerá eficaz; ou que o ato não se mostra mais conveniente e oportuno, caso em que será ele revogado pela Administração.

Diante de toda a fundamentação acima exposta, nosso PARECER É, DENTRO DOS PODERES QUE SÃO CONFERIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELA ANULAÇÃO DE TODO O PROCESSO do pregão SRP nº 54/2019, afim de que seja reanalisado todo o objeto do certame, inclusive com alterações técnicas necessárias para sanar todos os vícios eventualmente existentes.

Espírito Santo do Turvo, 17 de dezembro de 2019.


RICARDO VIRANDO
OAB/SP Nº 167.114

*Determino a
Anulação do
Certame do Turvo
do Processo
54/2019*

4